

Qualificação docente e ensino de língua Portuguesa: Um quebra-cabeças timorense, com peças em verde e amarelo

Alexandre Cohn da Silveira

Introdução

Desde a restauração de sua independência, Timor-Leste tem organizado ações para a reconstrução de suas estruturas nacionais, muitas vezes com contribuições de parceiros estrangeiros. Essas parcerias são sistematizadas em acordos de cooperação internacionais para a multiplicação do que Silva diz ser ‘procedimentos administrativos e hábitos de trabalho que são reconhecidos como típicos de sua nacionalidade’ (Silva 2008, 156) e que vão constituir, aquilo que a autora denomina como ‘dívida de cooperação’. Seguindo esse raciocínio, fica claro que não há cooperação internacional desinteressada, ou desprovida de ideologias.

A inserção estratégica de Timor-Leste na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), além da evidente aproximação com Portugal e de todas as implicações sócio-político-econômicas advindas dessa aliança, também abre caminhos para as parcerias internacionais com países sem um histórico colonialista e com pouco *know-how* relativo aos assuntos de cooperação, muito embora os interesses das partes envolvidas não possam ser desprezados. A própria CPLP, sendo, conforme Silva, um ‘bloco político formado por Portugal e seus antigos territórios ultramarinos é denominada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa’ exatamente por ser ‘a língua portuguesa uma fonte de identidade nacional para Portugal e um instrumento para a construção de vínculos entre os territórios de seu antigo império colonial’ (Silva 2008, 166). Isso não invalida o fato que, estando Timor-Leste em processo de reformulação nacional, a CPLP represente um caminho profícuo para as necessidades timorenses. Nesse contexto, o Brasil sela acordo de cooperação com Timor-Leste, em julho de 2000, com a assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo do Brasil e a Administração Transitória das Nações Unidas, documento este que permitiria a implementação de projetos de cooperação técnica em território timorense.

É importante destacar que o Brasil ainda está aprendendo a fazer cooperação internacional. Embora as primeiras ações neste sentido sejam datadas de 1950, somente em 1987 a Agência de Brasileira de Cooperação (ABC) foi criada para conduzir os trabalhos relacionados à participação do Brasil em ações de cooperação internacional. Antes disso, em 1978, Renzio et all esclarece que o Brasil foi chamado a ampliar ações de ‘cooperação horizontal’ dentro do que se conhece como ‘Cooperação Sul-Sul (CSS)’. Ainda assim, grandes são os embates existentes na crescente participação brasileira promovendo cooperação internacional para o desenvolvimento. Renzio et all destacam como principais desafios os “de ordem legal-institucional, política, e dos recursos humanos e financeiros.” (Renzio et all 2013, 7). Com a abertura política internacional do governo Lula, a partir de 2002, e o reforço institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, em 2004, as ações de cooperação técnica no âmbito da educação e da formação docente em Timor-Leste ganharam destaque nas pautas políticas brasileiras.

O PQLP – Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste - programa de cooperação subsidiado pelo Ministério da Educação do Brasil, através da CAPES, foi instituído pelo Decreto nº 5.274, de 18 de novembro de 2004 com o principal objetivo de ‘promover a integração educacional e cultural com a mais jovem nação do mundo, em virtude de seu ingresso na CPLP.’ (Castanheira 2005, 3). O programa sofreu alterações desde então, enfrentou entraves burocráticos e mantém suas atividades em território timorense até o momento.

O presente artigo apresenta a metáfora do ‘quebra-cabeças’ representando o trabalho do PQLP em Timor-Leste, no qual, atualmente, exerce a função de Articulador Geral. O Programa lida com os desafios linguísticos timorenses, os distanciamentos culturais existentes entre Brasil e Timor-Leste, as políticas e

recursos públicos precários, os choques ideológicos e toda sorte de enfrentamentos necessários a qualquer trabalho educacional e agravados pelo caso específico de Timor-Leste. Cada uma dessas complexidades representa as peças do ‘quebra-cabeças’ do trabalho de cooperação bilateral realizado pelo Programa.

Em seguida, ‘as peças em verde e amarelo’ apresentam reflexões levantadas ao longo dos 8 anos de atuação do PQLP, com base nas vivências e convivências com os timorenses, quer seja no âmbito institucional-governamental, quer seja no exercício das ações com professores e alunos timorenses, bem como as interlocuções internacionais que perpassaram os trabalhos realizados nas missões já ocorridas, registradas nos relatórios finais das edições do Programa e em artigos produzidos por ex-bolsistas PQLP/CAPES.

Por fim, o confronto da construção do ‘quebra-cabeças’ com a desconstrução e análise das ‘peças em verde e amarelo’, geram algumas reflexões levantadas aqui como subsídio a um estudo mais amplo sobre a atuação do PQLP, sobre a participação da cooperação internacional em Timor-Leste e também sobre os avanços da Educação timorense. Apresento ideias a serem discutidas e aprofundadas em estudos e pesquisas futuras e que aqui servem como provocação e expressam inquietações vivenciadas no cotidiano do PQLP. Não pretendo sugerir receitas para a solução dos problemas que serão apresentados, nem há uma fórmula para tal. Isso, parece-me, seria simplista e, talvez, irresponsável. O fato é que cooperar também é diagnosticar, investigar e laborar em conjunto em vias de melhores situações.

Talvez seja possível perceber que o histórico ainda recente das ações de cooperação internacional do Brasil, aliada às dificuldades existentes para sua realização, possam fazer do PQLP um experimento no âmbito das iniciativas de cooperação internacional brasileira para o desenvolvimento. Há também indícios de que as condições ainda precárias de Timor-Leste em processo de reconstrução, seja nos recursos financeiros, seja em questões político-administrativas, contribuem para que alguns resultados não aconteçam da forma e no tempo planejados. Por fim, e acima de tudo, as construções de cooperação são visíveis quando há ação efetiva de ambas as partes interessadas na montagem desse ‘quebra-cabeças’. Explicitar essas ações é reforçar sua legitimidade e dar a Timor-Leste mais recursos para reflexões necessárias sobre o que o país pretende com os trabalhos de cooperação internacional, com o PQLP e que trabalhos seriam estes.

O quebra-cabeças

A oficialização constitucional da língua portuguesa produz em Timor-Leste o apelo à implementação do idioma, seguindo interesses diversos e que acaba por requerer apoio internacional para sua condução. Há que se reforçar aqui que implementar a língua portuguesa em Timor-Leste pós-ocupação indonésia consiste em reestruturar diversos setores institucionais da nação a partir de um documento constitucional que, embora afirme a oficialização do idioma em território nacional, não representa a realidade linguística do país.

O governo timorense, na intenção de enfrentar essa difícil batalha, direciona esforços políticos e orçamentários para a organização de projetos que contribuam para a solução deste problema enfrentado. Nesse sentido, o Ministério da Educação e Cultura busca a organização do currículo escolar, desde a educação básica até o ensino superior inserindo a disciplina de Língua Portuguesa nos diversos níveis de ensino e instituindo o idioma como língua de instrução. Isso acarreta um problema grande: a falta de professores fluentes em língua portuguesa. Logo vem mais um esforço do governo focado na formação de professores, tanto de língua portuguesa, quanto em língua portuguesa.

Em abril de 2003, uma equipe brasileira de especialistas em Educação foi enviada a Timor-Leste com o intuito de colaborar com as ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura do país. A equipe foi organizada pelo Ministério da Educação e Cultura do Governo Brasileiro, através da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – e do Ministério das Relações Exteriores, através da ABC. Na época, os especialistas desenvolveram trabalhos relativos à construção do Plano de Desenvolvimento do Currículo Nacional, à escrita da Lei Básica da Educação Nacional e às estratégias de reintrodução do ensino de língua portuguesa. Bormann e Silveira consideraram o trabalho difícil por conta das divergências de interesses entre os estrangeiros participantes dos grupos de trabalho. De acordo com as

autoras, ‘Em alguns momentos, houve discordância de opiniões (...) Cada uma das partes queria defender a permanência de aspectos estruturais da educação semelhantes a seus países.’ (Bormann e Silveira 2007, 237). Lidar com as tensões existentes em trabalhos dessa ordem, as relações de poder que entremeiam os grupos e a luta pela manutenção das identidades não é tarefa simples.

Desse trabalho da Missão de Especialistas Brasileiros em educação em Timor-Leste – MEBE – sai como primeiro fruto o esboço da Lei de Bases do Sistema Educativo Nacional de Timor-Leste. A missão brasileira de 2003 leva de volta ao Brasil informações e necessidades de Timor-Leste no que tange às questões educacionais timorenses. Em 2004, de acordo com o Relatório de ações de Relações Internacionais com o Brasil, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, aconteceu a I Reunião da Comissão Mista Brasil – Timor-Leste (fevereiro) e a visita do chanceler José Ramos Horta ao Brasil no mesmo mês para avançar nas questões de acordo e cooperação entre os países. Em maio do mesmo ano o governo timorense manifesta o desejo de fortalecer a cooperação brasileira na área da educação e em novembro é assinado o Decreto que autoriza a ida de 50 professores brasileiros para Timor-Leste, quando da criação do Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste. O PQLP, com atuação direcionada à qualificação docente e à implementação da língua portuguesa, organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), envia profissionais da educação de diversas áreas para desenvolver projetos, apoiar o ensino em Timor-Leste em todos os níveis de ensino, formar e qualificar professores e ensinar a língua portuguesa nas instituições timorenses.

Os primeiros passos do PQLP

A fase pioneira do programa deu-se no biênio 2005/2006 (Castanheira 2005) com a vinda de 48 professores de áreas diversas (a maioria era professores de Língua Portuguesa) que atuaram em diferentes instituições timorenses, com objetivos específicos e ações determinadas pelas próprias instituições timorenses.

Junto ao MEC-RDRTL, uma equipe de profissionais participou da comissão que visava a organização dos conteúdos mínimos curriculares nos níveis primário, pré-secundário, secundário, superior e técnico-profissional, para a criação de novos cursos e a capacitação de professores. Na UNTL, professores atuaram na formação inicial de professores. As formações realizadas, sempre em língua portuguesa, também tinham como tarefa a organização de material didático apropriado à disciplina e ao nível de ensino focado.

Houve atuação de profissionais do programa na reestruturação e implementação do Instituto de Formação Contínua de Professores – IFCP, em seus aspectos pedagógico, administrativo e físico. Também houve contribuições junto a funcionários do Ministério da Educação quanto a aulas de Língua Portuguesa e Procedimentos Administrativos; a construção de núcleos de aprendizagem e ensino de ciências; a organização de eventos científicos e culturais (feira de ciências, jogos escolares, mostra de filmes); o apoio ao setor de educação de jovens e adultos - EJA; a produção de material pedagógico para o ensino pré-secundário; e a organização de bibliotecas em espaços timorenses.

Fernando Spagnolo (2011, 54) aponta como ‘projetos estruturados’ ao final do período pioneiro – o PROFEP-Timor (Programa de Formação de Professores em Exercício na Escola Primária de Timor-Leste), programa baseado na experiência e metodologia do já consagrado programa brasileiro PROFORMAÇÃO¹ e os Bacharelados de Emergência. Como ‘projetos semi-estruturados’, o autor destaca a elaboração de materiais didáticos (sebentas) nas diversas disciplinas do ensino, os cursos na UNTL, e a capacitação de professores dos ensinamentos básico e secundário. Ainda de acordo com Spagnolo, houve ‘projetos ou atividades isoladas’, tais como a participação em grupos de trabalho (MEC-RDRTL), as assessorias pedagógicas e administrativas, as orientações para PEC-PG² e cursos de Língua Portuguesa para funcionários públicos do governo timorense.

¹ Programa de Formação de Professores em Exercício, criado em 1999 pelo governo brasileiro com o objetivo de formar professores leigos que atuam no magistério, em nível médio.

² Programa de Estudantes de Convênio em Pós-Graduação – programa de bolsas de estudos para estrangeiros subsidiado pelo governo brasileiro.

A Língua Portuguesa, utilizada como mediador comunicacional, nem sempre era suficiente nas diversas situações de atuação da missão. Ainda assim era usada insistentemente, não apenas para cumprir os objetivos do PQLP, mas sobretudo para o caráter formativo do programa que inclui a importância e o apoderamento da identidade cultural no processo de ensino-aprendizagem. Conforme Brito e Martins (2004, 69/77), ‘a língua constitui-se como uma das dimensões da pertença identitária e, como tal, dependente tanto do conhecimento que dela se tem, quanto do reconhecimento que dela se faz.’

Aos desafios linguísticos, fruto da não existência de um planejamento linguístico apropriado e da falta de uso efetivo do idioma nos ambientes sociais, assomaram-se outras questões que dificultaram o trabalho da cooperação no período inicial do PQLP. A crise política de 2006 forçou uma evacuação de emergência da comunidade internacional e desestabilizou emocionalmente o grupo. As ‘resistências’ veladas quanto ao aprendizado e uso de língua portuguesa, ou mesmo quanto à presença de estrangeiros foi sentida em diversos ambientes. Além das dificuldades de mobilidade e permanência em Timor, com custo de vida altíssimo aos estrangeiros e um subsídio baixo do governo brasileiro.

2º período do PQLP

A ‘montagem do quebra-cabeças’ continua na segunda fase do PQLP, nos anos de 2007 e 2008, quando 31 professores brasileiros desenvolveram suas atividades educacionais em Timor-Leste (Spagnolo 2008, 127). A capacitação de professores ganhou força como PROCAPES – programa especialmente desenvolvido para capacitar professores timorenses. Dentro desse programa, foram produzidos livros didáticos de diversas disciplinas. Também fez parte do programa o bacharelato de emergência que formou professores nas áreas de biologia, matemática, física, química, história e geografia.

A Universidade Nacional Timor Lorosa’e – UNTL – foi um espaço de grande atuação do Programa com a implantação do Programa de Pós-Graduação nas modalidades de Ensino de Língua Portuguesa, Educação Ambiental, Gestão da Educação e Educação e Ensino. Da mesma forma, organizou-se 14 sessões temáticas de exposição e debates sobre problemas pertinentes ao contexto.

A segunda edição do programa deu continuidade às ações implantadas pela edição anterior e que tiveram sucesso, conforme Spagnolo, tais como o PROFEP e o Ensino de Língua Portuguesa (ELP), no entanto a abrangência destes projetos bem como o número de timorenses diretamente atendidos aumentou substancialmente. Igualmente projetos de cunho cultural foram desenvolvidos como Coral de Natal e o Cine-Timor, segundo Spagnolo, realizado por alguns professores da cooperação em parceria com o Instituto Camões com a ‘ideia de divulgar, contextualizar e exibir filmes selecionados brasileiros e portugueses.’ (Spagnolo 2011, 152)

Os participantes da cooperação nesse período, conforme os relatórios finais apresentam, destacam avanços satisfatórios com relação às resistências quanto à Língua Portuguesa e mesmo quanto ao estrangeiro, especialmente brasileiros. Há relatos de construções de relacionamentos importantes no âmbito da cooperação e mesmo no âmbito individual dos cooperantes o que possivelmente é resultado dos trabalhos bem realizados até então.

PQLP e sua 3ª fase

Numa terceira fase do PQLP, compreendendo 2009 e 2010, 39 professores brasileiros estiveram atuando em Timor-Leste ampliando os programas bem sucedidos das edições anteriores. Realizaram-se trabalhos em termos de pós-graduação, Curso de Língua Portuguesa Instrumental (ELPI), formação docente (PROFEP e PROCAPES) encontros de formação docente em escolas de ensino secundário. Com base no relatório final do PQLP, percebe-se que houve poucas inovações no período entretanto ocorreu a consolidação dos trabalhos desenvolvidos pelo programa até então.

O ano de 2011 foi nulo para o PQLP em Timor-Leste. Situações brasileiras e timorenses contribuíram para este fato. No Brasil, a mudança de governo e reorganizações nas políticas externas brasileiras suspenderam os acordos de cooperação. Em Timor-Leste, a morosidade administrativa e a burocracia impediram que uma renovação do acordo de cooperação acontecesse em tempo hábil para que

não houvesse a interrupção dos trabalhos. Até hoje essa interrupção é sentida nos diversos setores onde houve atuação da cooperação brasileira, muitos espaços tiveram que ser ‘reconquistados’ posteriormente, bem como algumas ações praticamente tiveram que ser iniciadas do ponto 0. Até mesmo o material de estudos, o acervo bibliográfico da cooperação e a sala de concentração das atividades administrativas e reuniões foi utilizada pelo governo timorense para outros fins. Essa lacuna nas atividades de cooperação podem acenar o quão embrionário ainda estava o Programa, apesar de seus 5 anos de atividades. Se o Programa tivesse criado raízes, talvez não perdesse o espaço físico de suas atividades, ou talvez os entraves burocráticos não fossem fortes o suficiente para anular totalmente suas ações. Desse momento ficam mais dúvidas que certezas o que dificulta uma análise mais responsável da situação. Apesar da cautela acadêmica, a falta de cooperantes do PQLP é fato que afeta a montagem do ‘quebra-cabeças’ em questão.

Coube à equipe de profissionais que trabalhou em 2012 reestruturar os trabalhos do PQLP. Com a intenção de auxiliar a gestão local e a organização dos projetos, foi criada a função de Articulação Pedagógica e o bolsista indicado para esta função seria o responsável pela montagem dos projetos de formação e direcionamento das ações do Programa.

Foram desenvolvidos ações como CPLC – Curso Preparatório de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira a bolseiros timorenses, compreendendo ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Informática e Estudos Culturais e também o CLPI – Curso de Língua Portuguesa Instrumental para funcionários públicos em diversas instituições timorenses. Além de ações de formação docente para professores de ensino secundário em Díli e Baucau.

Da mesma forma, a equipe de profissionais brasileiros realizou, junto à Divisão Nacional de Média Educativa, órgão do Ministério da Educação e Cultura, a catalogação de materiais áudio-visuais disponíveis, estudo de vídeos educacionais existentes (alguns vindos da TV-Escola³ e da Canal Futura⁴), a organização da biblioteca setorial e a escrita de projetos a serem desenvolvidos em parceria com a cooperação brasileira.

O ano foi de desafios políticos relacionados à mudança de governo em Timor-Leste com as eleições presidenciais e parlamentares. Isso, aliado às incertezas quanto às questões orçamentárias e políticas educacionais, afetaram vários projetos e vontades da cooperação que precisou se adaptar aos processos lentos e às impossibilidades encontradas. Importante registrar que o fator segurança também foi um problema vivenciado. Conforme os relatórios de ações do Programa, cooperantes brasileiras foram assediadas violentamente em Baucau o que fez com que a CAPES cancelasse toda e qualquer ação do PQLP fora de Díli. Diferentemente de outras cooperações internacionais, a cooperação brasileira não possui amparo timorense para transporte e moradia, ficando os cooperantes à mercê das condições precárias, das distâncias e de situações violentas, ainda que isoladas.

As peças em verde e amarelo

O confronto entre as formações acadêmicas de cada cooperante, os direcionamentos teóricos e a organização institucional brasileira com a realidade complexa, multilíngue, pós-guerra asiática de Timor-Leste serve de base para grandes reflexos no que diz respeito à educação dos timorenses e à implementação da Língua Portuguesa em território Nacional. As peças desse ‘quebra-cabeças’ sem manual de instruções ou guias fantásticos são pintadas de cores brasileiras pois, apesar da vivência timorense, da aproximação profissional e do envolvimento cultural e emocional, somos cooperantes brasileiros, olhando o país irmão Timor-Leste, com olhar de identidade brasileira.

Uma das grandes reflexões que se faz diz respeito à formação docente dos professores da Educação Básica e do Ensino Secundário. Os professores que mais participam dos encontros formativos são professores voluntários ou professores fora do regime de carreira, pois, por não ser obrigatória a formação e por não oferecer maiores incentivos aos professores de carreira, acabam por ‘atrapalhar’ a vida e os horários dos professores que se desdobram em atividades em duas ou três instituições diferentes, distantes uma da

³ Programa de vídeos educativos produzido pelo Ministério da Educação do Brasil.

⁴ Canal educativo da Rede Televisiva Brasileira, pertencente às Organizações Globo de Comunicação.

outra, com transporte precário e baixos salários. Há escolas em Timor-Leste ainda sem as mínimas condições de funcionamento, com carência de energia elétrica e banheiros. O sistema de formação ainda utilizado é disciplinar, com base em manuais produzidos por estrangeiros, muitas vezes descontextualizados e em linguagem muito além da compreensão dos professores timorenses.

A Universidade Nacional Timor Lorosaé poderia ser uma grande parceira estratégica na formação docente. Primeiramente constituindo-se realmente como uma Universidade, com ensino de qualidade, pesquisa e extensão. Um ambiente de fomento de discussão das questões timorenses e mundiais, com organização e incentivo ao estudo e à pesquisa e ações na comunidade que daria oportunidade aos estudantes para ‘aprender fazendo’. Acrescenta-se a isso uma necessária revisão curricular desde os objetivos de cada curso, passando pelas disciplinas ofertadas, o idioma de ensino, o sistema avaliativo e os trabalhos de conclusão de curso.

Os programas de cooperação internacional têm sido fortes parceiros da UNTL em suas ações e percebe-se um crescimento mútuo de ambas as partes nos relacionamentos construídos. De acordo com Bourdieu (Bourdieu, 1989, 119), ‘só o choque de outras perspectivas e outros ordenamentos teóricos tem permitido pensar cientificamente as sociedades, superando ortodoxias e modas etnocêntricas.’ As restrições orçamentárias não permitem que a UNTL alce voos muito altos, mas as vontades administrativas poderiam proporcionar avanços significativos no *fazer universitário*.

No tocante ao ensino de língua portuguesa os desafios são intensos e imensos. O contexto multilíngue é rico e complexo, podendo ser um aliado antes de ser um problema. No entanto as políticas públicas de implementação do idioma precisariam ser repensadas. Não defendemos aqui uma supervalorização da língua portuguesa em detrimento da língua tétum pois isso consiste em desrespeito à cultura e à história timorense. Defendemos sim a escolha dos próprios timorenses quanto à sua identidade linguística quando da oficialização dos dois idiomas. Vale lembrar o discurso de Hull (2001) que elenca uma série de ações governamentais relevantes à difícil tarefa de implementação da língua portuguesa, e muitas das quais ainda não foram sistematizadas.

No cotidiano percebe-se uma disputa muito grande entre as forças linguísticas se impondo na nação timorense. Isso dissipa as ações efetivas de ensino e uso do idioma. Instituições governamentais organizam cursos de língua portuguesa para seus funcionários, no entanto não os incentivam à participação exigindo que cumpram obrigações nos momentos de aulas, não dão incrementos de carreira ou favorecem o uso do idioma no cotidiano profissional, no qual, muitas vezes a língua inglesa ou a língua indonésia é que veiculam as informações, ficando a língua portuguesa totalmente distante de suas necessidades.

Os meios de comunicação social também não colaboram com o incentivo ao uso do idioma, dando sempre preferência aos idiomas ‘mais fáceis’ ou ‘mais conhecidos’ e perpetuando as falácias descritas por Brito e Corte-Real (2006) de que poucos compreendem o idioma, é um saudosismo lusitano, é um idioma muito difícil ou não representa o progresso e a tecnologia ou ainda que é uma imposição simplesmente. De acordo com os autores, a imposição vem na verdade de vontades internacionais, ‘na maioria anglófonos e anglófilos vizinhos’ de forma que se cria uma imagem de que o timorense desrespeita sua identidade nacional, cultural e democrática quanto às suas escolhas. O fato é que o idioma foi escolhido pelos próprios timorenses, por razões sérias e coerentes e que é preciso um trabalho conjunto de planejamento e planificação linguística para que o idioma seja ensinado, aprendido e, sobretudo, utilizado com vontade real pelos timorenses indiscriminadamente.

Palavras finais

Timor-Leste é um país novo em processo de reestruturação, recém saído de uma situação crítica e com inúmeras questões sociais a serem pensadas, estudadas e organizadas, o Brasil, por sua vez, luta há anos para resolver grandes dificuldades sociais e ainda não chegou ao êxito que todos esperam. Entretanto, as ações de cooperação internacional bilateral entre essas duas nações será, por algum tempo, uma construção mútua, servindo de instrumento ao processo de constante consolidação nacional de Timor-Leste, como país receptor, e igualmente do Brasil, como fornecedor de auxílio cooperativo.

Sendo assim, conforme os propósitos dessa conferência, pensar Timor-Leste é pensar não só o universo timorense de forma ampla e suas peculiaridades diversas. Mas também pensar o papel de cooperação aqui desempenhado, os desafios enfrentados e suas causas aparentes, as hipóteses veladas que contribuem para tais desafios, os interesses diretos e indiretos que perpassam as tensões e as fragilidades do processo. Também é pensar no que Timor-Leste pretende consigo mesmo, com seu povo, com a comunidade internacional e com os caminhos que tem percorrido. Não é responsável uma mera aplicação de projetos estrangeiros, muito menos um tratamento assistencialista vazio e que mascara a realidade. Tampouco são benéficas as receitas de conduta e as respostas aos problemas que existem, primeiramente, nas análises estrangeiras e que nem sempre são prioridades para os timorenses. Se o termo mais correto for ‘ajudar’ Timor-Leste, então que se comece pela ajuda às reflexões sobre as vivências de cooperação e os entendimentos que se pode tirar destas. Questionar frequentemente a presença de Timor-Leste na CPLP e desta em Timor-Leste. Questionar os interesses de cada nação envolvida nos acordos e ações de cooperação e, mais especificamente, na presença da cooperação brasileira em território timorense.

A Educação bem estruturada é um possível caminho para a solução de diversos problemas sociais e esta é uma grande luta para nós brasileiros que, por termos vivido os problemas do descaso quanto ao processo educativo e à formação de professores, buscamos ao longo do tempo estudar, inovar e solucionar problemas sérios em nosso país. Isso nos dá recursos teóricos e experiência para somarmos esforços aos timorenses em pensar os problemas vividos em seu país. Há que se buscar o real conceito de educação para Timor-Leste e, conseqüentemente, o real conceito de educador e de uma pedagogia libertadora conforme postula Freire (1987) e o PQLP tem proporcionado ações efetivas no campo do ensino de/em língua portuguesa, da formação docente e do apoio ao ensino superior que procura contribuir aos processos educacionais de ambas as nações.

O espaço e o tratamento dado à língua portuguesa é uma questão delicada, forte e que merece respeito e atenção. A língua portuguesa não pode ser entendida apenas como uma herança colonialista, mas como um fator de força, de identidade e de cultura dos timorenses que estão, aos poucos, entendendo o que é ter esse idioma como oficial e, com isso, construindo um processo crítico de apoderamento do idioma e construção de identidade. Entendendo a língua portuguesa de Timor-Leste, com suas necessidades específicas, usos adequados ao contexto timorense, modulações fonéticas e vocabulares próprios e formas de expressão típicas pode dar ao idioma uma coloração mais nacional e menos estrangeira que hoje ainda paira pelo país. Não há que se impor forçosamente o seu aprendizado, mas criar sentidos sociais claros e interessantes ao povo, estimulando-os ao uso real do idioma, não como algo intocável, como já se fez um dia com o Latim, mas como algo do povo falante do idioma e que precisa estar perto da realidade deste povo.

Uma hierarquização de idiomas não seria um caminho prudente, visto que demandaria uma escala de importância de culturas, o que não parece racional. Mas deve caber ao povo timorense decidir qual o espaço que quiser dar ao idioma. A oficialização da língua é um ato político, o uso cotidiano um ato social e cultural. Essa organização é de Timor-Leste e enquanto isso não for decidido claramente, as tensões linguísticas e políticas continuarão, o que prejudica sobremaneira o ensino e a aprendizagem do idioma e não cabe a qualquer nação estrangeira interferir nessa decisão.

O trabalho da cooperação brasileira em termos de educação, mais especificamente o do PQLP, apesar de seus contributos ao ensino superior timorense, à formação de docentes e ao ensino de língua portuguesa em Timor-Leste certamente não é um trabalho fácil, tampouco findo. Há, como dito neste artigo, entraves político-administrativos sérios e que precisam ser tratados responsabilmente pelas nações envolvidas nos acordos de cooperação e o PQLP pode ser um grande espaço de pesquisa e observação dessas questões. O Programa, apesar de seus anos de atuação, ainda está se constituindo e percebe-se como espaço também de experimentação aos processos de cooperação internacional brasileira para o desenvolvimento.

Entendo que trazer à tona questões como as que aqui estão dispostas possam levar os atores da montagem deste complexo ‘quebra-cabeças’ a uma reflexão mais profunda que saia da explicação simplista de que Timor-Leste está em processo de reconstrução e busque novas explicações para os problemas vivenciados nos trabalhos do PQLP e nas ações de cooperação internacional no país. O trabalho é das partes

envolvidas, mas cabe a Timor-Leste decidir qual a imagem e as cores desse ‘quebra-cabeças’, bem como esclarecer, primeiramente a si próprio, a quem ele servirá quando estiver finalizado..

Referências utilizadas no artigo

- Bourdieu, Pierre 1989, *O poder simbólico*. Lisboa : DIFEL.
- Bormann, Aliete e Silveira, Marília 2007, ‘Primeira missão de especialistas Brasileiros em educação em Timor-Leste’ in Silva, Kelly Cristiane da e Daniel Simião (org). *Timor-Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, pp. 234-254.
- Brito, Regina e Martins, M. de L. 2004, ‘Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono’. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, n.2, Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, São Paulo, pp. 69-77.
- Brito, Regina 2002, ‘Língua e visão de mundo – o português em Timor-Leste’. *Comunicação, Educação e Artes*. Ed. Mackenzie, São Paulo.
- Brito, Regina e Corte-Real, B de A. 2006, ‘Aspectos da política linguística de Timor-Leste: desvendando contracorrentes’.
- Castanheira, Miriam Helbingen Almeida 2005, *Relatório de Atividades PQLP/CAPES*. CAPES, Brasil.
- Freire, Paulo. 1993. Educação: Sonho possível. In: Brandão, Carlos R. (org). *O educador: vida e morte*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Freire, Paulo 1987, *Pedagogia do oprimido*, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Hull, Geoffrey 2001, *Timor-Leste – Identidade, Língua e Política Educacional*. Instituto Camões, Díli.
- Renzo et al. 2013, *Policy Brief – O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes*. Núcleo de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Disponível em <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/doc/1619030609.pdf>
- Silva, Kelly Cristiane 2008, ‘A cooperação internacional como dádiva. Algumas aproximações’, *Revista Mana* 14 (1), Rio de Janeiro, 141-171.
- Spagnolo, Fernando 2008, *Relatório de Atividades PQLP/CAPES*. CAPES, Brasil.
- 2011, ‘Cooperação Educacional Brasil/Timor-Leste. O Programa da Capes/MEC: Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa. A Fase Pioneira (2005-2006)’. In SANTOS, Maurício Aurélio dos. 2011. *Experiências de Professores Brasileiros em Timor-Leste: Cooperação Internacional e Educação Timorense*. Editora da UDESC, Florianópolis.